

Cadastro Território: Plataforma informática custa 1,2 M€

A plataforma informática que vai permitir, no futuro, a actualização cadastral automática em Portugal vai custar 1,2 milhões de euros e deverá estar pronta a funcionar no final do ano, segundo dados do Ministério do Ambiente.

O protocolo de cooperação relativo a esta plataforma – SiNERGIC (Sistema Nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral) – será assinado hoje pelos secretários de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, Adjunto e da Administração Local, da Justiça e dos Assuntos Fiscais.

A concretização do sistema de informação do SiNERGIC será co-financiada com fundos comunitários através do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN).

O projecto envolve o Instituto Geográfico Português, o Instituto dos Registos e Notariado e as direcções-gerais das Autarquias Locais, dos Impostos e de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros.

Segundo anunciou o Governo no início de Abril, o cadastro do território nacional deverá estar concluído em 2016, prevendo-se que a primeira fase do processo, que incide sobre sete concelhos, esteja pronta nos próximos três anos.

Os Municípios de Loulé, S. Brás de Alportel e Tavira, Oliveira do Hospital e Seia e, mais a Norte, Paredes e Penafiel foram os escolhidos para a primeira fase e a selecção teve em conta o risco de incêndio.

Este «cadastro do século XXI» vai permitir o levantamento rigoroso e a delimitação geométrica da propriedade, a identificação do proprietário e a determinação do valor do terreno em causa.

Segundo dados do Ministério do Ambiente, ignora-se a quem pertence 20 por cento do País porque o cadastro das propriedades está desactualizado.

Diário Digital / Lusa